



## **SEXUALIDADE INFANTIL: PERSPECTIVAS E PRÁTICAS DOCENTES**

Edmar Coelho Gomes; Fabiana de Pádua Martins; Sirlene Mota Pinheiro da Silva (Orientadora)

(Universidade Federal do Maranhão, [edmarcoelhogomes@hotmail.com](mailto:edmarcoelhogomes@hotmail.com); [fabiiVIP@hotmail.com](mailto:fabiiVIP@hotmail.com); [sirlene@ufma.br](mailto:sirlene@ufma.br).)

**Resumo:** O presente artigo trata de uma reflexão da prática docente em relação a sexualidade infantil numa perspectiva de formação das relações de gênero, afetividade e comportamentos das crianças no que se refere às questões da sexualidade em sala de aula. O objetivo do estudo foi analisar ideias de autores/as da área, bem como documentos legais que direcionam à prática docente no que se refere a tais questões, para uma melhor abordagem do assunto. A pesquisa foi de cunho qualitativo, com base em análise bibliográfica e documental, tomando como aporte alguns dos estudos e pesquisas de Nunes (2000), Louro (1997) e Freire (1996) e, como documentos legais os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96. Como resultados parciais concluímos que a sexualidade infantil assim como a subjetividade de cada criança, vai se desenvolvendo conforme às suas vivências, companhias, ensinamentos e também suas relações com o mundo que as cercam e que isso só vai ser possível ser trabalhado se o/a professor/a tiver um posicionamento crítico e sem preconceito para lidar com esses assuntos.

Palavras-chave: Sexualidade Infantil, Educação sexual, Prática Docente.

### **INTRODUÇÃO**

Atualmente vivemos em um mundo onde as informações chegam de forma rápida e fácil a um grande número de pessoas, inúmeros assuntos e polêmicas surgem diariamente diante de nossos olhos. Mas, mesmo assim nos deparamos com notícias que parecem chocar a alguns e para outros ser apenas mais uma notícia entre tantas outras. A sexualidade é um desses temas que parece espantoso para uma parcela da população, pois este assunto permanece cercado de tabus e preconceitos, especialmente na sociedade ocidental.

Por entendermos que a educação sexual acontece em ambientes diversos, familiar, escolar, dentre outros espaços. E por ser também influenciada pelas diferentes mídias, surge a necessidade de um aprofundamento do tema por parte dos/as educadores/as, para que estejam preparados quando surgirem questionamentos e/ou situações que envolvam a sexualidade dos/as alunos/as no espaço escolar.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo discutir a sexualidade no ambiente escolar e as práticas docentes relacionadas ao tema, já que este está presente em nossa sociedade e conseqüentemente na escola, além de buscarmos propiciar aprofundamento teórico para fundamentar nossa discussão.

Escolhemos este tema por ser algo que, apesar de estar tão presente nas mídias e nas discussões cotidianas, ainda gera muitas dúvidas, curiosidades, inquietudes e até mesmo atitudes



preconceituosas. Portanto, devemos estar preparados para as questões que com certeza surgirão no nosso futuro profissional. Este preparo é fundamental para que possamos contribuir de forma responsável e favorável para mudança de conceitos carregados de tabus e preconceitos.

Realizamos pesquisa bibliográfica e análise documental para desenvolver o trabalho. Segundo Lakatos e Marconi (1987, p.66) esta pesquisa é feita através de levantamento, seleção e documentação de bibliografia publicada sobre o assunto pesquisado, o que coloca o/a pesquisador/a em contato com o material escrito sobre o tema, como forma de conhecer e analisar o objeto em estudo.

Abordamos conceitos básicos que versam sobre o tema sexualidade, como gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Discutimos também sobre a presença deste tema na escola e em documentos que orientam a presença do mesmo no currículo, assim como o papel do/a professor/a no desenvolvimento do mesmo.

## **GÊNERO, SEXUALIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL: CONCEITOS BÁSICOS**

Muitas opiniões presentes em nossa sociedade foram construídas no decorrer da história e continuam sendo ratificadas pela sociedade. Fortalecemos, em certos casos, as figuras masculinas e femininas dentro de padrões estabelecidos, a exemplo o homem ser tido como o pai de família que tem o dever de sustentar a casa e a mulher, sendo esta a figura maternal, responsável pelo carinho e educação dos filhos e filhas. Nunes (1997) nos apresenta um exemplo disto quando descreve que um homem, mesmo casado, poderia agir assim na antiguidade:

Ele próprio, enquanto homem casado, só lhe é proibido contrair outro casamento; nenhuma relação sexual é proibida em consequência do vínculo matrimonial que contraiu; ele pode ter uma ligação, pode frequentar prostitutas, pode ser amante de um rapaz- sem contar os escravos, homens ou mulheres que tem em sua casa, à sua disposição. (NUNES, 1997, p.71)

Nos acostumamos a pensar sobre gênero em uma perspectiva científica, abordando apenas aspectos biológicos, onde temos que cumprir com nossa função de reprodução da espécie. Mas as ciências sociais e humanas nos apresentam um outro olhar, que vai além do conceito de ser macho ou fêmea, considerando que somos influenciados pela cultura. O conceito de gênero formulado com influência do pensamento feminista nos anos 1970, e tomando como aporte o pensamento de Simone de Beauvoir (1908-1986), especialmente em sua obra “O segundo Sexo”, publicado originalmente em 1949, diferencia o biológico do social, considerando que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a maneira de ser homem e mulher é resultado da realidade social. (BRASIL, 2009).



Recentemente uma questão do ENEM que citava a frase de Simone de Beauvoir onde ela diz “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, causou grande discussão nas principais mídias, pois evidenciou um assunto que ainda incomoda a muitos, a identidade de gênero. Para Louro (1997, p.26):

[...] *identidades sexuais* se constituíam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*. (LOURO, 1997, p.26)

A identidade de gênero não é algo pronto, ela é mutável, construída e transformada através das relações sociais, influenciada por discursos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo femininos ou masculinos, modificando suas formas de ser e de estar no mundo (LOURO, 1997, p.28).

Apesar de discussões sobre este tema serem cada vez mais presentes, não é tão simples desconstruir a forma polarizada que vemos e até mesmo, nos identificamos quando falamos de gênero. Concebemos a ideia de homem e mulher como opostos, cujo relacionamento segue uma lógica de dominação-submissão. Problematizar este assunto significa considerar não só os opostos, mas também que o masculino está presente no feminino e vice-versa (LOURO, 1997, p.32).

Além de (re) pensar o conceito de gênero é necessário também refletir sobre sexualidade e o que realmente esta palavra significa e representa, o Livro de Conteúdos do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) refere-se à sexualidade como:

Elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais significados, ideais, desejos, sensações, emoções experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas. (BRASIL, 2009, p.178)

Através da sexualidade o indivíduo reflete sua maneira de ser e sua orientação sexual, esta última refere-se ao sexo daqueles que elegemos como objetos de nosso desejo e afeto. Atualmente três tipos de orientação sexual são reconhecidos, a heterossexualidade, que é atração afetiva, sexual e erótica por pessoas de outro gênero; a homossexualidade, que é atração afetiva, sexual e erótica por pessoas do mesmo gênero e a bissexualidade, que é atração afetiva, sexual e erótica por pessoas do mesmo gênero e do gênero oposto (BRASIL, 2009, p. 124).



Os conceitos citados acima fazem parte da sociedade e sua história, portanto, a escola não pode excluir essa temática. Atualmente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) trazem a "Orientação Sexual"<sup>1</sup> como tema transversal e aponta em seu texto qual a proposta do tema no espaço escola:

Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Educação, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia, Medicina e outras. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade, entendida de forma bem mais ampla, é expressão cultural. Cada sociedade desenvolve regras que se constituem em parâmetros fundamentais para o comportamento sexual das pessoas. Isso se dá num processo social que passa pelos interesses dos agrupamentos socialmente organizados e das classes sociais, que é mediado pela ciência, pela religião e pela mídia, e sua resultante é expressa tanto pelo imaginário coletivo quanto pelas políticas públicas, coordenadas pelo Estado. A proposta de Orientação Sexual procura considerar todas as dimensões da sexualidade: a biológica, a psíquica e a sociocultural, além de suas implicações políticas. (BRASIL, 1997, p. 295)

Entendemos que estes conceitos são de extrema importância para que possamos pensar a sexualidade no contexto escolar, pois este assunto faz parte do cotidiano dentro e fora da escola, portanto devemos estar preparados para ouvir e falar sobre este tema de forma clara, sem constranger ou desrespeitar os/as alunos/as.

## **SEXUALIDADE NA ESCOLA: PERSPECTIVAS ATUAIS**

Como o direcionamento está voltado ao contexto escolar, buscamos através dos aportes bibliográficos atender e entender a abordagem do assunto da sexualidade na escola e das relações de gênero como possibilidade de reflexão referentes às temáticas, e/ou como a escola e a sociedade encaram, através desta relação de saberes, tais questões que ainda não estão difundidas de maneira aberta e consolidada no âmbito da esfera escolar.

Entendemos ser nocivo fazer com que o/a professor/a sozinho/a demonstre todo o seu conhecimento do assunto na classe, sem antes ter consigo o seu próprio domínio daquilo que querem realmente saber, pois, conforme advoga Paulo Freire (1996, p. 96) "Não posso ser professor sem me pôr diante dos alunos, sem revelar com facilidade ou relutância minha maneira de ser, de pensar politicamente".

De acordo com Louro (1997, p. 133), muitos dos/as professores/as encontram-se:

---

<sup>1</sup> Utilizamos este termo devido os PCN's o utilizar, no entanto a partir de 1990, estudiosos/as da área defendem que o termo "Orientação Sexual" refere-se à identificação sexual do sujeito em relação ao objeto de desejo, podendo ser este heterossexual, homossexual, bissexual ou mesmo assexual.



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Fortemente “atravessado” por escolhas morais e religiosas, com isto, o tratamento da sexualidade nas salas de aula geralmente mobiliza uma série de dualismos: saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo, etc. (LOURO, 1997, p. 133).

Na contemporaneidade, com o advento da tecnologia pautada principalmente na comunicação virtual de forma rápida e instantânea, o/a professor/a cada vez mais deverá (re) pensar sobre a sua prática em consonância com as atuais demandas da sociedade, dentre elas o trabalho com a diversidade e com a educação sexual.

Acreditamos, assim, que o assunto aqui abordado sobre as relações de gênero e a sexualidade no âmbito escolar, proporcionará uma análise de maior compreensão acerca do trabalho que os/as professores/as realizam em classe e como eles/as direcionam o seu planejamento e suas práticas em relação à temática junto aos educandos/as.

O assunto, muitas vezes, passa despercebido ao olhar do/a professor/a. Não por razões que impeçam o docente de trabalhar a questão, mas sim, devido ao currículo da escola não atender a este tipo de posicionamento com relação ao conteúdo programático que deve ser trabalhado pela escola. No entanto, em algumas escolas, especialmente a pública, o/a professor/a tem certa liberdade para modificar seu planejamento em sala de aula, com isso há a possibilidade de intervir e desenvolver a temática da sexualidade em sala de aula, desde a educação infantil, conforme as questões, mesmo que de forma sutil, sejam manifestadas.

Neste sentido, a postura profissional do professor/a deve ser levada em conta e condizente às dúvidas que as crianças possam postular acerca do assunto da sexualidade em sala de aula. No entanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem em sua estrutura que o/a educador/a deve reconhecer como legítimo e lícito, por parte das crianças e dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades que manifestam acerca da sexualidade, visto que fazem parte do seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 1997).

No entanto, não deve ser desconsiderado os ensinamentos que a família propõe à criança acerca do tema da sexualidade. Os PCNs trazem ainda que caso ocorra algo de diferente ao conhecimento do/a aluno/a, tendo em vista que cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o/a aluno/a refletirem sobre a questão (BRASIL, 1997).

A busca por novos conhecimentos e as distintas indagações no dia a dia são pertinentes às inquietações que todos tendem a ter a todo instante e por diferentes razões, seja ela externa à classe ou interna. A proposta de quaisquer que for o assunto que por algum motivo possa vir enriquecer ou



não a aula poderá ou não ajudar ao encaminhamento salutar das atividades dentro de sala. Freire (1996, p. 97) nos relata que:

Afinal, o espaço pedagógico é um *texto* para ser constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. Neste sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e educandos no “trato” deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola.

O que muitas vezes poderá inquietar o/a docente em sua prática, acarretará posteriormente na sua forma de direcionar os seus ensinamentos. Neste sentido, modificar a sua forma de relacionar as atividades que por ventura já estejam prontas e dinamizar com aquilo que está por vir, torna-se imprescindível.

Voltamos então aos direcionamentos da sexualidade e as relações de gênero que possam vir à tona em uma aula. Muitos argumentos poderão surgir partindo de situações que possam causar certos constrangimentos por parte dos alunos/as ou mesmo professor/a, principalmente em se tratando de crianças. O/A professor/a mediará os diversos motivos que ocasionaram aquele instante. Cabe alguns questionamentos: O/A professor/a está pronto/a para tais tipos de questionamentos? A sua prática condiz com o que a escola prepondera para que se relacione com os/as alunos/a em sala de aula? Sua prática é dinâmica e emancipatória? São estes argumentos que pontuam ao/a professor/a durante toda a sua formação, numa visão política, cultural e social que o/a levará a dinamizar todo o contexto de explicações e comprometimento em sala de aula.

Diante do que discernimos até o momento, vale ressaltar as palavras de Freire (1996, p.95) quando diz que, “como professor, tanto lido com minha liberdade quanto com a minha autoridade em exercício, mas também diretamente com a liberdade dos educandos”. Devemos neste sentido, pensar como a educação e sua forma de analisar a prática de professor vão se alternando com o passar dos tempos, sempre se remodelando e se (re) significando. Contudo, a questão seria muito mais além daquilo que se queira saber ou ensinar, mas tratar a forma como se faz de maneira mais reflexiva dentro de quaisquer posturas na sociedade.

## **EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRÁTICA DOCENTE**

A educação de uma forma geral está diretamente ligada aos preceitos da escola, contudo, sabemos que o papel da escola numa visão social é de transmitir conhecimentos e de formar cidadãos e cidadãs críticos/as e participativos/as. Embora tenha sofrido muitas transformações ao longo da história, a escola representa a principal instituição que a humanidade idealiza para



socializar o saber sistematizado. Significa dizer que é o lugar onde, por princípio, é lavrado o conhecimento mais elaborado que a sociedade importa ser necessário transmitir às futuras gerações. Diante disso podemos afirmar que o trabalho dos/as professores/as tem a primazia de concretizar esses objetivos que engloba o todo da escola.

Estudar a prática docente nos permite relacionar temas nos quais as crianças se envolvam e incorpore uma posição na sociedade que reflete diretamente em seus comportamentos, temas como educação ambiental, diversidade cultural, entre outros. Com a educação sexual não é diferente, pois nos acomete a um contexto contemporâneo que busca uma abordagem delicada e ao mesmo tempo habitual interligando assuntos como identidade cultural, gênero, envolvimento emocional, entre outros.

Dessa forma cabe aos/as professores/as direcionar esses assuntos para que haja uma ruptura de preconceitos e discriminações que podem surgir ao longo de uma determinada situação ou discurso. Para tanto, o/a docente tem que estar fundamentado/a nos mais diversos assuntos que envolvam esse tema, no qual a criança, devido à sua natural curiosidade irá questioná-lo sem pestanejar. Com isso, a preparação do/a professor/a é de fundamental importância para que as respostas sejam saciadas de maneira que a criança tenha a clareza de tal informação ou conhecimento.

Segundo a sexóloga Gilda Fucs (1993. p.201), a educação sexual é “parte da educação geral que transmite os conhecimentos e mensagens necessárias para que o indivíduo possa adquirir atitudes, expressar seus sentimentos e firmar valores que o permitam aceitar e vivenciar a sexualidade própria e dos outros num contexto livre e responsável” A autora defende uma educação sexual que conscientize, liberte e possibilite o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano, criticando os conceitos que restringe essa educação ao ensino biológico do sexo ou como meio de impor, ajustar ou coibir a sexualidade das pessoas.

Hoje em dia, a maior parte das escolas encarregam este tema aos professores/as sem um maior controle do que é exposto por eles em sala de aula. Perante isso, o conteúdo da educação sexual fica limitado nas mãos dos mesmos fazendo com que o enfoque pedagógico dependa muito da sua formação docente, o que pode ocorrer à transmissão de (pre) conceitos às crianças. Muitos professores precisam rever a sua sexualidade para poder abordar a temática, pois tendo problemas consigo mesmo em relação à sexualidade, provavelmente em suas aulas, passarão concepções sobre o tema em tom de frustração e inquietação.



Segundo Teles (1992, p.47), “Os professores encarregados de educação sexual na escola devem ter autenticidade, empatia e respeito”. Se o lar está falhando neste campo, cabe a escola preencher lacunas de informações, erradicar preconceitos e possibilitar as discussões das emoções e valores. A maioria das escolas não preparam os/as professores/as para lidar com situações que envolvam a sexualidade infantil e os mesmos por não ter essa preparação quando se deparam com tais circunstâncias o primeiro impulso é o de gritar, ou brigar com as crianças. Macedo (2003, p.2) utiliza-se da fala de Maria Cecília Silva para explicar:

O problema não está na exploração sexual do próprio corpo ou nas brincadeiras entre crianças da mesma idade. Prejudicial é a repressão do adulto a essas atitudes, quando ele grita, proíbe, bate ou põe de castigo. Fazendo isso ele transmite a noção de que aquilo é errado, quando na verdade essas atitudes são tão naturais quanto aprender a andar, falar, brincar.

A ação dos/as professores/as ao reprimir as crianças quando estão tendo um momento de conhecimento de seu próprio corpo ou do corpo de outra criança não fará com que elas fiquem com vergonha e não farão mais tal comportamento, porém elas ficarão assustadas, contudo, continuaram a fazer mesmo que sejam repreendidas novamente. Sendo assim o/a educador/a não deve reprimir a criança, e sim agir adequadamente, conversando com a criança de forma clara para que ela entenda o que está fazendo e entreter a criança com brinquedos, desenhos ou histórias.

O psicólogo Rennes, citado por Macedo (2003), explica que se deve agir com naturalidade, para que as crianças não pensem que o que estão fazendo é “errado” ou “sujo”. NUNES e SILVA, (2000, p. 83) acrescenta que “Nosso papel de educador é o de interferir, no limite de nossa competência, na crítica aos modelos repressivos/permissivos para a construção de uma sexualidade humanizada, erótica e lúdica, só possível numa relação de confiança e afeto”.

Assim, o trabalho educativo deve discutir a sexualidade humana resgatando-a de maneira sadia e respeitosa, a sexualidade é parte integrante da vida e desenvolvimento sadio do indivíduo, porém não são todos que a percebem desta maneira, pois o fato do despreparo dos/as professores da maioria das escolas de educação infantil, nos mostram que suas ações e reações não são adequadas quando se deparam com os impulsos sexuais de seus alunos, e reprimem, agem de maneira errônea e não possuem muita clareza sobre como ocorre o desenvolvimento da sexualidade infantil e que, essas educadoras que não agem adequadamente, não receberam informações sobre a sexualidade humana, principalmente a da criança.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade infantil é um tema no qual a abordagem é um tanto delicada mesmo sendo um assunto tão comum. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96 em seu artigo 32, inciso III, garante o direito da criança a uma formação cidadã e o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; sendo assim é dever do/a professor/a transmitir valores para que as atitudes das crianças sejam compatíveis a uma formação cidadã como garante a lei. A prática docente reflete diretamente no comportamento das crianças uma vez que muitos/as professores/as são exemplos para muitas crianças.

Concluimos que a sexualidade infantil assim como a subjetividade de cada criança, vai se desenvolvendo conforme às suas vivências, companhias, ensinamentos e também suas relações com o mundo que as cercam e que isso só vai ser possível ser trabalhado se o/a professor/a tiver um posicionamento adequado e sem preconceito para lidar com esse assunto. A escola é peça fundamental nesse desenvolvimento, nessa transmissão de valores, nesse descobrimento do eu, é onde, de fato a criança descobre sua identidade, suas emoções, e aflora suas afetividades. A prática docente permite à criança um reconhecimento de suas atitudes e também uma reflexão na própria atitude do/a professor/a ao lidar com temas como a sexualidade infantil no contexto escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Gênero e Diversidade na Escola**: Formação de Professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF: MEC, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 Dezembro de 2015

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 336p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa/ Paulo Freire.- São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.95-97.

FUCS, Gilda Bacal. Por que o sexo é bom? : Orientação para todas as idades. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed Rosa dos tempos. 1993.



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997

MACEDO, Lulie. **Quando a sexualidade engatinha**. 2003. Disponível em  
<<http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/sexualidadeinfantil1.html>>. Acesso em: 19/12/2015.

NUNES, C. A. **Desenvolvendo a Sexualidade**. Campinas: Editora Papirus, 1997.

NUNES, César. SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Autores associados, 2000.

TELES, Maria Luíza Silveira. **Educação, a revolução necessária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.